

Democracia, Civilização, Humanidade Uma Defesa de Numância?

PAULO FERREIRA DA CUNHA *

But it is vain to imagine that the mere perception or declaration of right principles, whether in one country or for many countries, will be of any value unless they are supported by those qualities of civic virtue (...) and by those instruments and agencies of force and science which in the last resort must be the defense of right and reason.

Civilization will not last, freedom will not survive, peace will not be kept, unless a very large majority of mankind unite together to defend them and show themselves possessed of a constabulary power before which barbaric and atavistic forces will stand in awe.

Winston S. Churchill

I. Na sociedade da (des)informação

A profusão do espetáculo do Mundo é impressionante nestes tempos de explosão e caleidoscópica replicação de informações, em jorros de palavras, sons, imagens coloridas. São mensagens múltiplas vezes pouco significativas as que imediatamente chegam, de interesse fátuo, frequentemente repetitivas, mas ao mesmo tempo infini-

JURISMAT, Portimão, 2020, n.º 12, pp. 45-72.

* Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça; Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (em licença para o exercício daquele cargo judicial).

tas e infundáveis. Como bem tinha observado, com antevisão profética, Vilém Flusser: “Quando, por exemplo, o receptor não precisa distanciar-se do seu espaço privado para ser informado, isto quer dizer que o espaço público (a política) se tornou superficial”.¹ Não será preciso dizer mais sobre esta questão.

O que há a dizer, escutar e ver com profundidade, não só se perde na multidão dos *faits divers*, como é mesmo ocultado por eles. E, por vezes, torna-se difícil distinguir o real do falso. A mistificação impera. Há, em algumas pessoas lúcidas, a tentação, que nos foi inspirada (interpretando-o mal ou bem) por Jacques Derrida, e talvez também João Paulo II: desligar os aparelhos, deles fazer um consumo moderado ao menos.² O silêncio parece ser, em muitos casos, uma dieta de grandes e positivos efeitos. No silêncio, sem o bombardeamento das propagandas, comerciais e políticas, parece ganhar-se uma tranquilidade, um sentido crítico e uma sensibilidade ao verdadeiramente importante que tornam quem o pratique alguém com mais profunda visão. Só que, *ubi commoda, ibi incommoda*: se o *black out* for total, faltarão a esse eremita isolado do mundo informação atual... Mesmo se um fragmento de Heraclito nos ensina o que parece considerar o máximo dos segredos: “ser sábio é estar apartado de todas as coisas”.³ Mas é possível, aí, num meio termo entre o isolamento total e a total imersão aturdida, depender um pouco mais apenas do ouvir dizer (de coisas importantes, claro – não de meros boatos), certamente – até certo ponto. Para os que gostam das sabedorias e práticas orientais, o silêncio tem um valor especial, mesmo se for para depois falar:

Le silence est notre nature profonde. (...) Être silencieux: revenir à l’origine de la nature humaine. Faire appel au silence: à partir du silence, parler. La parole devient profonde, le mot juste. (...) les sages n’ont jamais beaucoup parlé. Du silence s’élève l’esprit immortel.⁴

Não fazemos, obviamente, uma apologia do isolamento, nem do corte radical com os *media*: apenas observamos que a moderação no seu uso pode ser uma boa pedagogia até para a sua utilização mais inteligente. Por exemplo: só quando cortamos pessoalmente com as redes sociais é que tivemos tempo para descobrir os tesouros escondidos dos programas culturais da televisão e da rádio, que se podem encontrar, com enorme proveito, na *Internet*. É preciso fazer escolhas, e escolher o melhor, pelo menos o melhor para cada um.

¹ FLUSSER, Vilém – *O Mundo Codificado*, org. de Rafael Cardoso, trad. de Raquel Abi-Sâmara, São Paulo, Cosac Naify, 2013, p. 153.

² DERRIDA, Jacques — *L’Autre cap*, suivi de *La Démocratie ajournée*, Paris, Minuit, 1991.

³ DIELS, Hermann (org.) — *Die Fragmente der Vorsokratiker*, 9.^a ed., Berlim, Weidmannsche, 1960.

⁴ DESHIMARU, Taisen — *La Pratique du Zen*, nova ed., revista e corrigida, Paris, Albin Michel, 1981, p. 40.

Entretanto, a possibilidade de aceder, de praticamente qualquer ponto do globo, a qualquer informação de um acervo gigantesco, autorreprodutivo, apenas pelo deslizar dos dedos num teclado ou num *écran*, maravilha, impressiona, e chega, num segundo pensamento, a amedrontar. As grandes experiências dos nossos netos (mesmo emocionais), vaticinava já Vilém Flusser, passar-se-ão com os dedos num teclado e os olhos numa tela. Se isso fosse só o que sublinhou Anaxágoras de Clazómenas, para quem o homem pensa porque tem mãos! Mas é muito mais concreto e perigoso para a Humanidade.

Há maravilhas, sim, mas têm um alto custo. Podemos saber rapidamente quase tudo o que são perguntas objetivas pelos meios da *Internet*. Podemos também, sem custos, ou praticamente sem eles, pronunciarmo-nos sobre tudo o que queiramos, quer em simples comentários a notícias ou a publicações em redes sociais, quer em textos próprios (*motu proprio*), nessas mesmas redes, em *blogs*, etc. Tudo isto é conhecido de quase todos, sendo cada vez mais raros, mesmo residuais, os que, nas sociedades desenvolvidas, se podem considerar verdadeiros “infoexcluídos”. Apenas se recordam aqui tais banalidades do nosso tempo para que tenhamos bem presente o contexto real em que nos movemos. É neste mundo que nos inserimos.

Tudo é possível procurar saber. Embora seja altamente resvaladiça, artilosa, perigosa, esta nova ágora planetária, globalizada. Nunca a alegoria da caverna foi tão minuciosamente verdadeira. Simone Weil já dizia que os cinemas sonoros muito se lhe assemelhavam.⁵ E se tivesse conhecido a realidade mediática de hoje?

Sublinhe-se ainda que, ao contrário do que muitos querem fazer crer, a ordem mediática dos nossos tempos não é democrática, mas plebeizada, e altissimamente manipulada. Veja-se os perfis falsos nas redes sociais, os disparos de mensagens no WhatsApp, ao que se diz com resultados eleitorais conseguidos, etc. Aliás, as confusões sobre o que seja democracia são abundantíssimas: umas por ignorância, outras por má fé. A “democracia” dita digital é uma das quintas colunas do populismo. Há muito que essa encenação foi denunciada por pessoas de visão e experiência, como, entre nós, o antigo presidente do Parlamento, António de Almeida Santos. Contudo, como explicar convincentemente a tantos que poder votar automaticamente com o “clic” de computador ou de telemóvel não é democracia, e pode bem ser antecâmara do seu contrário? Como diria alguém, os ditadores fazem plebiscitos. O voto digital “na hora”, sobre tudo e sobre nada, é o plebiscito dos tempos atuais... ou futuros. Depende de nós ficarmos subjugados ou não a esse simulacro de democracia.

⁵ WEIL, Simone — *La Source Grecque*, Paris, Gallimard, 1953, trad. port. de Filipe Jarro, *A Fonte Grega*, 1.^a reimp., Lisboa, Cotovia, 2014, p. 92.

Para haver democracia é necessário muito mais que essa opção das massas, totalmente desinformada. É preciso que os intervenientes no respetivo processo de decisão estejam devidamente formados e informados. Ora, as catadupas de pseudo-informação que hoje recebemos pelos meios de comunicação social não são de molde a promover verdadeiramente nem formação nem mesmo informação. Há uma poluição e ao mesmo tempo uma seleção por tribos, por grupos, que atinge níveis de incomunicação e mesmo de ódio que não permite clareza de pensamento. Tudo isso engrossado com as *fake news*.

Mas estamos em crer que, embora cultura e cultura clássica não signifiquem, por si só, boa índole, boas maneiras, sequer inteligência e muito menos ações éticas, pacíficas e democráticas, há um profundo *deficit* de cultura nos tempos de hoje, que se terá devido a uma rendição de alguns responsáveis universitários e da gestão (mesmo ao mais alto nível) da Escola face aos cânones e à própria preparação dos novos estudantes que chegavam às universidades, por exemplo nos EUA nos anos oitenta e noventa do século passado.⁶ E depois foi-se a situação reproduzindo em cadeia. Outro elemento fatal para a educação e a cultura (e, portanto, a formação humanística) é o alijamento das responsabilidades do Estado nessa matéria (aliás, na senda do desinvestimento e alienação de empenhamento em setores sensíveis – e veja-se a Saúde e o quão isso pode ser imediatamente fatal). A Humanidade também se aprende no espírito das Humanidades, da Filosofia, das Ciências Sociais e Humanas não colonizadas por preconceitos ideológicos, nomeadamente politicamente corretos (antes, foram de outro tipo), das Artes, etc.

Uma universidade e um ensino em geral de pendor somente tecnocrático, utilitarista, todo posto ao serviço da sagrada Economia (supostamente, porque nem isso se tem alcançado com eficácia – veja-se o desemprego e a inadaptação juvenil a tantos níveis) não é digna desse nome, e é um engano dos cidadãos, que se veem privados de dimensões imprescindíveis da existência. Escolas assim são meras antecâmaras da linha de produção para proveito de apenas alguns. Não locais de estudo sério, autonomia e de preparação para a Liberdade e para a Felicidade, que são fins irrecusáveis do Homem moderno, emancipado – desde que Kant proclamou o manifesto das Luzes, *Was ist Aufklärung?*⁷

⁶ Cf. uma elucidativa panorâmica histórica em AGUIAR E SILVA, Vítor — *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra, Almedina, 2010, p. 126 ss.

⁷ KANT, Immanuel — *Was ist Aufklärung?*, 1784. Sobre Humanismo e Humanidades, entre nós, numa abordagem que considera serem estas guardiãs da nossa própria humanidade comum, v. GIL, Isabel Capelo — *Humanidade(s). Considerações radicalmente contemporâneas*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2016.

II. Os Exemplos e as Tribos

Por outro lado, os *espetadores dão-se em espetáculo*, seguindo uma tese de Rousseau,⁸ que não podia prever os resultados dessa “democratização”, a qual, na verdade desembocou em simples massificação, quando não mesmo mau gosto puro, como em tantos concursos e *reality shows*, em que o público telespetador, no mínimo, será compelido a um decerto não muito edificante voyeurismo. Aliás, o que é toda a panóplia de publicações que, em tela ou papel, glorificam, endeusam, uns tantos indivíduos (uns de pretensa nobreza, outros de dito “glamour”, identificável em geral com riqueza e fama, esta última obtida pelo espetáculo ou desporto, sobretudo), cujas vidas se vasculham, perscrutam, ou que (em certos casos) mesmo se esgadanharão para aparecer, ser falados, a qualquer preço. Qualquer escândalo ou indiscrição servirá. Uns são vítimas, mas outros parece procurarem a exposição.

Os modelos propostos em muitos *media* (os grandes educadores sociais do presente) são apenas os do charme indiscreto (por vezes nem isso) de umas tantas celebridades, pelo sangue, pelo dinheiro, ou pelo aparecer nos *écrans* e nos jogos. Não se vislumbrando, entretanto, uma robusta política de educação cívica, ética, republicana, e de cultura geral. Parece assim natural que se vandalizem os monumentos aos grandes da História (confundindo, pela ignorância certamente mais que pela má fé, nomes como o Padre António Vieira, Kant ou Churchill – com escravocratas, certamente), e que alguns dos intelectuais de turno, ainda por cima, se sintam constrangidos a acompanhar a onda e justificar os vândalos. Outros, a nosso ver talvez mais tragicamente ainda, quererão um mundo de terra queimada. E tanto se veem ao espelho narcisicamente, e à sua ideologia politicamente correta encaram como o “novo céu e a nova terra”. Assim, eles sinceramente aderem a essa onda de iconoclastas no velho sentido, simplesmente literal.

Ao nível intelectual vive-se muito de modas e capelinhas. Mas a que nível não se vive assim? Apesar das grandes estradas da informação, da glorificada globalização, as pessoas não saem do seu quintal, do seu campanário, da sua terrinha, ainda que seja uma capital... É por isso que um estudo sobre o recrutamento para cargos de poder e decisão, públicos e privados, seria de muita utilidade. Da mesma forma que se devem perseguir os focos e fontes de infeção, e respetivas cadeias, um grande desafio sociológico é buscar os *plutocratas*, os *donos do poder*, os que compõem as

⁸ “Mais quels seront enfin les objets de ces Spectacles ? Qu’y montrera-t-on ? Rien, si l’on veut. Avec la liberté, par-tout où regne l’affluence, le bien-être y regne aussi. Plantez au milieu d’une place un piquet couronné de fleurs, rassemblez-y le Peuple, & vous aurez une fête. Faites mieux encore : donnez les spectateurs en spectacle ; rendez-les acteurs eux-mêmes ; faites que chacun se voye & s’aime dans les autres, afin que tous en soient mieux unis.” ROUSSEAU, Jean-Jacques – *Lettre à D’Alembert (sur les spectacles)*, 585.

não se sabe quantas famílias que estão do lado risonho das altas sebes que dividem, como dizia Agostinho da Silva, os choros dos risos.⁹

Salvam-se alguns que tiveram a sorte de, formal ou autodidaticamente, estudar e refletir, de pensar pela cabeça própria. Mas são raros, e naturalmente não estão nas graças de muitos outros, que preferem vizinhos e correligionários próximos e dóceis. São muito incômodos, e podem dar-se por felizes por não serem muito incomodados no ambiente geral de macro democracia em que ainda vivemos.

No geral, as pessoas alinham pelos preconceitos que receberam (uns bebidos no leite materno, outros recebidos encantatoriamente da TV). As leis da imitação de Gabriel de Tarde são implacáveis.¹⁰ E os preconceitos tendem hoje a ser veementes e muito excludentes dos demais. Sobe o discurso do preconceito e do ódio nas suas diferentes modalidades (que nem todos querem ver, porque a alguns acabam por aderir, ou pelo menos tolerar). Hoje, qualquer ignorante ou malquerente pode vociferar impropérios e destilar ódio na grande praça pública do ciberespaço: está à vista de todos. Tal libertinagem (não liberdade) é inquinação do espaço público, engrossando populismos e particularismos antidemocráticos e anti universalistas.

III. Exílio do Bom Senso. Barbarização e Politicamente Correto

As advertências de Umberto Eco sobre os perigos da barbarização invadir a *Internet*, e desde logo as redes sociais, e, por elas, o nosso quotidiano e as nossas vidas, deveriam ser mais difundidas e interiorizadas. Cada um deveria procurar encontrar formas de se proteger.

Ora, a primeira forma de proteção é a independência (e a não dependência) desses meios. Há, infelizmente, inúmeras pessoas de cabeça mergulhada nos telemóveis, de olhar vidrado nas telas dos computadores ou das televisões. Nem lhes fica tempo para quase mais nada.

Outra, muito importante, é, obviamente, a formação, a cultura. É certo que se os politicamente corretos mais agressivos conseguirem – será muito difícil, mas o que é impossível aos engenheiros sociais? – proibir a Bíblia por muito escandalosa (cheia de crimes e imoralidades – dizem), os filmes e os romances com fumadores, racistas, imperialistas, sexistas e não se sabe que mais... se banirem também da História o que ferir a delicadíssima presumida suscetibilidade de crianças e jovens, como, por ex-

⁹ AGOSTINHO DA SILVA — “A Justiça”, in *Diário de Alcestes*, nova ed., Lisboa, Ulmeiro, 1990, pp. 23-24.

¹⁰ DE TARDE, Gabriel — *Les Lois de l'imitation*, Paris, 1895, trad. port., *As Leis da Imitação*, Porto, Rés, s/d..

emplo, se abolirem dos manuais escolares as guerras, golpes de Estado, genocídios (alguns terão que ficar, certamente...para documentar alguns ódios?), atentados, o que vai restar? Uma sensaborona estatística de História económica sem pessoas? Porque a própria História social tem gente, e gente que vive e sofre, embora a alguns tal possa chocar ainda, por terem do mundo uma visão mais idílica. E esse sofrimento não será mais chocante que um *cowboy* num *western* clássico a enrolar a mortalha de um cigarro, ou um chefe índio a acender um cachimbo da paz? Será que alguém se converte ao fumo por ver esses filmes? Uma História e uma Escola sem dor, anestesiadas?

A falta de bom senso (já nem se fala do sentido histórico) está a alastrar de uma forma só comparável à do progresso do fascismo e do nazismo no século passado, em que o absurdo do racismo e do belicismo se impuseram, contra toda a lógica, pelo poder da comunicação social e a pressão do medo, a partir do momento em que essas forças se apossaram do poder (por puro receio de uns e tacticismo suicida de outros). Teme-se que a Escola, ao invés de ser uma couraça da democracia e uma arma de sucesso e mobilidade social ascendente dos mais desfavorecidos (que essas são suas importantes funções num Estado constitucional moderno), passe a ser uma instituição de doutrinação dominada por burocratas sem alma, que debitarão quaisquer conteúdos, a par de entusiastas militantes de um mundo às avessas, que faria corar como meninos de coro os antigos revolucionários mais extremos, esses que tanto medo colocavam aos pacatos burgueses. Não admira que os pais do anarquismo ou do socialismo (nas duas diversas modalidades), esses que Eça de Queiroz, com algum carinho de antigo proudhoniano, caricaturou como santos do futuro, sejam agora ou esquecidos ou mesmo atacados pelo niilismo (*hoc sensu*) dos novos destruidores da civilização:¹¹

¹¹ Ao contrário de uma tradição já antiga, mas que tem ainda hoje os seus cultores, o que nos interessa neste estudo, com o conceito de Civilização, não é uma sobrevalorização de certos grupos de nações ou mesmo de uma nação (por exemplo, de “civilização portuguesa” se falava no Estado Novo, e havia mesmo manuais históricos com esse título), sempre com um toque etnocêntrico e eventualmente imperialista. Também não se trata de “choque de civilizações” ou de um panorama de modos de viver, ou de exposição “exótica” de “outras civilizações”. O que nos interessa, como se espera ir ficando mais claro ao longo deste texto, é a Civilização Humana, a Civilização enquanto humanismo, direito e democracia, Civilização como caminho para o grau mais avançado de convivência entre Pessoas na Terra, que juridicamente tem hoje como forma o “Estado constitucional”. Tal é um lugar-paralelo ao debate das “raças”, que cientificamente se sabe hoje não existirem, sendo convenções ideológicas (tal seria muito interessante ver no debate sobre o antissemitismo em que participou Celso Lafer muito esclarecidamente). Por isso, também não se quer exaltar estes ou aqueles caracteres físicos que constituiriam uma raça, mas, *grosso modo*, a única “raça” que existe no Mundo: a “raça humana”. Embora não pareça ser muito proveitoso usar a expressão “raça”, com tradição de segregação e divisão, para a universalidade humana. Já, pelo contrário, o uso de Civilização se justifica pela diferença entre Civilização e barbárie. Não no sentido de que há bárbaros de outras “raças”, “línguas”, etc., mas como critério aplicável a um mesmo e concreto espaço. Assim, houve tempos em que a Europa, por exemplo, foi mais civilizada que outros tempos. Os tempos do fas-

E assim como hoje erigimos capelas aos santos padres (...) talvez um dia, quando o socialismo for religião do Estado, se vejam em nichos de templo, com uma lamparina em frente, a imagem dos Santos Padres da revolução: Proudhon de óculos, Bakounine parecendo um urso com as suas peles russas, Karl Marx apoiado ao cajado simbólico do pastor de almas tristes.¹²

IV. Ameaças à Civilização

Realmente é de sérias ameaças à Civilização que se trata. E não estamos a defender as velhas perspetivas de uma fictícia e sacrossanta “civilização ocidental”, o que seria, obviamente, pretexto para a mira dos novos anticolonialistas, anti-imperialistas, etc. Nada disso.

Trata-se da Civilização *tout court*. Em que, como bem explica, a outro propósito (mas tudo conflui, sobretudo o que se eleva e eleva, como diria Teilhard de Chardin¹³), Yadh Ben Achour,¹⁴ comungam civilizações, culturas, tradições, que hoje desaguam num padrão civilizacional comum, definido pelos Direitos Humanos (onde se inclui o Direito à tradição, à História, ao pluralismo cultural, à não programação utópica da educação e da cultura, etc.) e pela Democracia em geral. E será

cismo e do nazismo, no séc. XX, foram a mais recente floração da barbárie: época, portanto, de retrocesso da Civilização. Alguns períodos na Idade Média tradicionalmente se consideram de “trevas” (por exemplo, quando se mata Boécio), mas é um preconceito cronocêntrico classificar esse milénio que construiu as catedrais e viu nascer a *Summa theologiae* de Tomás de Aquino (entre tantos outros monumentos) como de pura barbárie. Se não se virem as ideias em termos hábeis, o risco de nada entender, e, pior, de fazer proliferar preconceitos de puro barbarismo, é muito grande. Por isso temos consciência de que há algum risco em usar o conceito, mesmo que o tenhamos, *tant bien que mal*, exposto. É que, infelicissimamente, há quem não leia o que se escreve, mas apenas os preconceitos que se cultivam na própria cabeça, em geral importados de lugares-comuns sectários. Mas deveremos calar-nos só por sabermos de antemão que há quem possa tresler, por ignorância ou má fé? Ninguém diria nada, no limite.

¹² QUEIROZ, Eça de – *Cartas de Inglaterra e Crónicas de Londres*, 1.ª ed. 1905 (póstuma), nova ed., Lisboa, Livros do Brasil, s.d., p. 63.

¹³ CHARDIN, Teilhard de — Conferência em 8 de março de 1947: “*Tout ce qui monte converge inévitablement.*”.

¹⁴ BEN ACHOUR, Yadh – *Au service du droit démocratique et du droit constitutionnel international. Une Cour constitutionnelle internationale*, «Revue du droit public et de la science politique en France et à l'étranger», 2014, n.º 2, Mars-Avril 2014, p. 419 ss., recolhido em BEN ACHOUR, Yadh / FERREIRA DA CUNHA, Paulo – *Pour une Cour Constitutionnelle Internationale*, Oeiras, A Causa das Regras, 2017.

esse padrão das “nações civilizadas”, quer dizer, hoje, as “nações democráticas”, o que virá a permitir, um dia – quando as loucuras populistas e híper nacionalistas (soberanistas, xenófobas, etc.), ajudadas objetivamente pelo Coronavírus, se ativerem ao seu lugar de resíduos folclóricos inexpressivos – que se venha a coroar o edifício institucional da defesa desta Civilização, no Direito, com a criação de um Tribunal Constitucional Internacional.

Há na nossa sociedade ainda grandes instituições, religiosas e laicas, que são depositárias do legado civilizacional de que falamos. Academias de Ciências e Letras, Igrejas tradicionais cheias de história (que nada têm a ver com seitas fanáticas e curandeirismos, aliados dos populismos políticos), redutos universitários e escolares que resistam à vaga politicamente correta, associações e sociedades filosóficas, filantrópicas, cívicas, e mesmo – apesar de se encontrarem no desgaste da liça diária – partidos políticos com ideologia e o peso de um passado. Há ainda, esquecidos pela *Fama* caprichosa, certamente ainda algumas mãos cheias de sábios que são verdadeiras arcas da sabedoria, e que sempre, com humildade e de braços abertos, acolhem as nossas questões e esclarecem as nossas raízes, dando assim razões do passado e do presente para Esperança no futuro. Esses são alguns dos verdadeiros exemplos, tal como pessoas de ação que criam verdadeiramente riqueza e humanidade, os da linha da frente do combate à pandemia, os da inventiva, os da arte, os do mundo real e não da mistificação.

Evidentemente que aos jovens muitos propõem pouco mais que o aturdimento do novo *pão e circo*, mais este que aquele. Ver-se-á o resultado de um desconfinamento inconscientemente festivo e sem regras, entre tantos. Em alguns casos parece ser mesmo uma roleta russa, de propositado desafio à morte. Oxalá tudo acabe por correr bem, ou, pelo menos, menos mal. Recordamos sempre o final d’*A Peste*, de Albert Camus:

Écoutant, en effet, les cris d’allégresse qui montaient de la ville, Rieux se souvenait que cette allégresse était toujours menacée. Car il savait ce que cette foule en joie ignorait, et qu’on peut lire dans les livres, que le bacille de la peste ne meurt ni ne disparaît jamais, qu’il peut rester pendant des dizaines d’années endormi dans les meubles et le linge, qu’il attend patiemment dans les chambres, les caves, les malles, les mouchoirs et les paperasses, et que, peut-être, le jour viendrait où, pour le malheur et l’enseignement des hommes, la peste réveillerait ses rats et les enverrait mourir dans une cité heureuse.¹⁵

¹⁵ CAMUS, Albert — *La Peste*, in *Théâtre, Récits, Nouvelles*, Prefácio de Jean Grenier, textos estabelecidos e anotados por Roger Quilliot, Paris, Gallimard, 1962, p. 1474.

Mas a despreocupação de muitos relativamente a uma pandemia, que está longe de ter sido vencida, afigura-se-nos ser um sinal da geral inconsciência e mero fruição ou hedonismo como propósito de vida. Enquanto na construção civil, sem máscara, migrantes a baixo salário continuaram, ao que se diz, a trabalhar, durante todo o tempo do confinamento, enquanto os metros e autocarros continuam apinhados de pessoas que não têm qualquer hipótese de manter o recomendado distanciamento físico (realmente, “distanciamento social” pode ser uma expressão algo forte...), é ver já hoje as esplanadas, os bares e as praias. Estamos num mundo a várias velocidades, sobretudo porque uns podem e outros não podem, uns têm e outros não têm. E alguns foram de tal maneira criados no reino das facilidades e paparicos que se creem imortais, imunes ao Coronavírus e indiferentes à morte dos demais que possam contagiar. Uma das características mais salientes da sociedade atual é o egoísmo possessivo e sôfrego, a sede de vivências e o desprezo pelos outros. Há, evidentemente, ainda, altruísmo e sentido cívico. Mas teme-se que quase apenas em alguns que se souberam auto formar nesse sentido (pode mesmo ser que seja imprescindível uma séria ajuda da cultura, da educação, contra “o ódio, a ganância, o narcisismo e a inveja”¹⁶). Pelo contrário, os grandes formadores de opinião nas últimas décadas foram quase sempre no sentido de um desapiedado egotismo.

Apesar dessa ideologia dominante, que impera ainda, e tem os seus avatares em muitos aspetos da vida, é claro que a força de uma sociedade (e a sua coesão) se aquilata pelo cuidado que ela nutre pelo mais ínfimo, mais pobre, mais débil e indefeso dos seus membros (incluindo, evidentemente, os estrangeiros que aí vivem). Como refere o Preâmbulo da Constituição suíça. Só que o egoísmo, e mais ainda o egoísmo intelectualizado, feito ideologia, não desarma nem aprende. Os defensores do egoísmo institucionalizado, os que pregam “quem quer saúde paga-a”, passado o primeiro susto da pandemia, já voltam às suas velhas trincheiras mentais, muito confinadas, de resto. O Estado será sempre bom para lhes pagar as contas, fornecer os tratamentos, e cobrir as dívidas – mas apenas a eles. Aos demais, não. O *profanum vulgus* serve para descontar para que esses rombos e mordomias sejam pagos, e não para usufruir de nada dessa sua contribuição. Tem-se falado, com alguma propriedade, em socialização das perdas e privatização dos lucros.

Evidentemente que uma sociedade em que a ideologia dominante é o mero “vive, enriquece, e deixar empobrecer e morrer” não pode ensinar nada de bom. Os efeitos laterais desse lema que exalta o triunfo material a todo o custo são de perda incomensurável. Mesmo para os poucos que enriquecem e vivem – mas, apesar de todos os prazeres fugazes, vivem mal. Sem qualidade, sem elevação, e até sem Es-

¹⁶ Cf. a perspetiva do neurocientista LeDOUX, Joseph – *Nós, humanos, criámos egoísmo de formas novas, mais cruéis*, entrevista a Cláudia Carvalho Silva, “Público”, 13 de julho de 2020, pp. 26-27.

perança e Grandeza. Nos momentos de algum desafio, claudica a estrutura mental e emocional dos que vivem numa vida artificial, mesmo que aparentemente se encontrem muito bem na vida...

A falta de dimensão cultural e espiritual do mundo assim instituído e consolidado gera fenómenos aparentemente compensatórios de pseudocultura e pseudo espiritualidade, não poucos com dimensão exatamente igual à sede de lucro, poder e prazer com rosto mais tradicionais. É certamente um fenómeno mimético face à ideologia dominante.

O guru, quer se apresente como grande terapeuta alternativo ou sábio do mais oculto esoterismo, pode ser, afinal de contas, um empresário de maior ou menor sucesso, que vende um produto, apenas para um outro público – que se deixa iludir com uma decoração ou embalagem diversa. O mesmo ocorre com a oferta política: pode-se embrulhar “mais do mesmo” com vestes ecológicas ou basistas, de um lado, ou de protesto face ao *establishment* e a corrupção, por outro.

Mas é sempre muito importante saber a história dos protagonistas, o programa apresentado, e o programa real que se lê nas entrelinhas não apenas do escrito, como de todos os sinais, mesmo a própria linguagem corporal dos protagonistas e a *entourage*, a base de apoio inicial, etc.. Não é surpreendente que se tenha que reivindicar o resgate da Razão, mesmo da parte dos que pareciam mais espirituais, face à crise das ideologias (que, contudo, não morreram) e à invasão avassaladora daquilo a que, numa síntese intelectualizada, se poderá ainda chamar vários tipos de “gnoses”.¹⁷ A própria dissolução epistemo-metodológica de muito do “pós-moderno”, a começar por novas áreas de estudos, contribui para que séculos de rigor e disciplina científicas se confundam.¹⁸ Tal não fica restrito ao mundo dos académicos: a clareza de ideias expande-se, tal como a confusão e o erro (desde logo através da linguagem e de tudo o que ela cria ou destrói) para o mundo profano dos não escolares. E as escolas comuns reproduzem, em vulgarização, o que os professores aprenderam, ou

¹⁷ ARMOGATHE, Jean-Robert – *Um court traité d'intelligence*, prefácio a *L'Impatience des limites*, Versailles, Saint-Paul, 1999, p. 12 ss., máx. p. 15.

¹⁸ De “antidisciplinaridade” e “adisciplinaridade” fala, com abundantes, sólidos e eloquentes exemplos, AGUIAR E SILVA, Vítor — *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, cit., p. 127 ss. V. *passim*. Algo de sentido e implicações muito diferentes parece-nos ser a pós-disciplinaridade de um Gonçal Mayos. Mas importa sempre sublinhar que não se pode nunca deixar de se ser *anão aos ombros de gigantes*. Sem os gigantes, e especialmente os clássicos, e as metodologias e epistemologias orientadoras, não oportunistas, não economicistas (como alertou, desde logo, também MORAN, Joe — *Interdisciplinarity*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 2002) hiper ideologizadas (normalmente, agora, politicamente corretas) e não dissolutoras das regras normais do espírito, sem uma *tête bien faite* de base, todo o estudo ulte-rior é atomístico, caótico, e facilmente canalizável para experiências de engenharia social.

não... Não é por acaso que tantos querem mudar os nomes às coisas.¹⁹ Há mais que magia simples nisso, o que bem se sabe, pelo menos, desde o linguista Benjamin Whorf: as estruturas da língua moldam o pensamento. Tal não é nada indiferente à complexa e móvel fronteira e trincheira das lutas linguísticas de hoje. Não se trata apenas de bom ou mau gosto, exotismo ou bizarria.

Classificar, por exemplo (*contra legem* ainda), uma pessoa viúva, separada, ou divorciada como “solteira”, como ocorre hoje com frequência, até quando muitas pessoas nessa situação se referem a si próprias, não é sem consequências, não é inócuo. Talvez até já os mais jovens não saibam bem o que é mesmo, com propriedade, encontrar-se alguém nesse estado. Não deixa de ser interessante ouvir ou ler na comunicação social a propósito desta ou daquela celebridade: “Fulano ou Fulana “está *de novo* solteiro(a)” (sublinhado nosso). Será que, na nossa sociedade, ser viúvo, divorciado, ou separado serão estados civis / condições estigmatizantes, ou menos dignos? Cremos que a questão será outra... Muito longe, decerto, se iria na procura das razões profundas deste novo hábito social... Um apenas, entre muitos.

Retomemos o fio. Obviamente, nem tudo são gémeos inimigos (ou inimigos na verdade gémeos), nem o desfecho inusitado d’*O Homem que era Quinta-feira* de Chesterton está fadado a repetir-se sempre. Há pessoas e grupos genuínos, cada um no seu género. Mas é preciso separar o trigo do joio. O que de novo nos remete para a necessidade de ter para tais instrumentos de análise. Inteligência, cultura, informação, intuição.

Em muito grande medida, nem tudo isto se aprende. Mas sempre recordamos o nosso primeiro grande professor de Desenho, no Ciclo Preparatório, um Pintor premiado, que não nomeamos aqui por comedimento e recato apenas. Ele achava que se talvez nem todos podem ser um Rembrandt ou um Matisse, um Rafael ou um Picasso, na verdade todos podem aprender a desenhar e a pintar, ou seja, a exprimir-se graficamente com o uso de um objeto riscador e qualquer forma de coloração de formas inscritas numa superfície. O mesmo cremos suceder com a cidadania. Porque, em termos latos, de cidadania se trata. É possível fornecer a todos os cidadãos uma cultura essencial, e uma cultura política democrática que lhes permita não fazerem as tristes figuras de “carneirismo” e constante vômito de preconceito e ódio que tanto se podem contemplar nas redes sociais e mesmo nos simples comentários a notícias na *Internet*. E isso é apenas a ponta do icebergue da sua mentalidade e educação.

É um problema civilizacional grave, gravíssimo. Certamente que muitos responsáveis, preocupados com as premências do momento, cujo horizonte mais dis-

¹⁹ Cf., antes de mais, o clássico FOUCAULT, Michel — *Les mots et les choses*, Paris, Gallimard, 1966.

tante terminará no próximo dia de eleições, não prestarão muita atenção a este desgastante e permanente descontentamento com tudo e todos, com este grito de revolta contínuo, com o impropério e o baixo palavrão, com o descrente contante, com o “bota-abaixo” sem remissão.

Não tendo obviamente nada a ver com o que se critica, não apenas nos parece um péssimo espetáculo do que possa ser o retrato do “cidadão comum”, como uma mancha inestética que choca a sensibilidade, bem como uma aberração moral, que revolta o espírito de justiça (entre outros). Mas, pior ainda. Culpa nossa se não endurecemos a carapaça suficientemente para nos enfadarem ou indignarem os insultos a tantos outros, a começar pelas instituições, que sempre têm as costas muito largas.

O que verdadeiramente consideramos muito preocupante é que, a menos que se tratem de legiões de robots manipulados pelos populismos que querem, por definição (mas, por vezes, descaem intenções concretas), derrubar o Estado constitucional e fundar uma nova ordem, se se tratarem, pelo menos maioritariamente, de pessoas reais, são descontentes desesperados, inconformados, extremistas, que têm ódios bem definidos. E um dos ódios é à ordem democrática. O que significa, em termos latos, não apenas o em si mesmo quase infantil (mas imprescindível e valiosíssimo) jogo de escolha majoritária de governantes e tomada de decisões pelo voto nos órgãos deliberativos próprios. Mas que coenvolve toda a nossa Civilização, enquanto modo de viver de respeito pelos outros, de acatamento da ordem, de cumprimento das leis, de mínima convivência com a diferença, de ao menos benefício da dúvida quanto à bondade do que se vai decidindo pelo *due process of law*, sem prejuízo da crítica, da análise, da oposição, mas com decoro, elevação, e nos limites do mínimo denominador comum social, que é a Lei.

V. Um clima de suspeição e desprestígio institucional

Há ataques a tudo e a todos, provindos aparentemente de indivíduos, nem sempre anônimos: até, ao que parece, raramente a coberto da capa do anonimato ou do pseudônimo. O que é de sublinhar. Parecendo significar que não temem consequências, parecendo acreditar que ficarão, em princípio, impunes, mesmo que profiram calúnias, injúrias, o que for.

Ressalta assim um outro tipo de bombardeamento sistemático certamente no mínimo tão perigoso e preocupante quanto este. É o protagonizado por órgãos de comunicação social, por jornalistas e articulistas que, abusando da liberdade de expressão, ou mesmo no limite do seu uso (mas que não é intocável: pode ser, no exercício de igual liberdade de expressão, criticável, ainda que legal), se dedica a sistematicamente denegrir as instituições, quer as mais formais, quer as menos. Não se critica, nem por sombras, a liberdade de expressão (cremos, aliás, ter sido dos poucos a

defendê-la contra limites excessivos, e mesmo contra fórmulas dúbias, que para tal poderiam eventualmente remeter²⁰). Apenas se recorda que ela não é unilateral. Não é privativa de alguns iluminados ou colocados em certas posições. Se alguém tem o direito de criticar e até com veemência, do mesmo modo tem de suportar igualmente veemente crítica à sua crítica. É preciso que haja, nestas coisas, como noutras, uma certa paridade ou igualdade de armas (ou de gládios).

Não apenas se trata de ataques aos governos que, de tanto serem sempre vilipendiados – sejam de que cor forem – constituem crítica que verdadeiramente não afeta o prestígio intrínseco das instituições, e, pelo contrário, se a crítica for construtiva ou pelo menos merecida, seria sinal de vigor da democracia. Em termos tradicionalíssimos, as pessoas que conhecem a democracia e a sua história sabem que o debate relativamente a governos pode ser muito apaixonado. Não deve é ser desonesto, pelo menos não desonesto além de um certo limite (tem de admitir-se que o ótimo, em alguns casos, é inimigo do bom...). O debate político pode, com efeito, consentir algumas hipérboles de menos bom gosto, algumas deselegâncias. Com a evolução da ética republicana, espera-se que se supere essa má tradição, que, contudo, está longe de ser a normalidade entre nós... Há, sabe-se, uma tradição parlamentar, por exemplo, de algum excesso. Não gostamos (como é evidente) mesmo nada desse tipo de deriva (que só desprestigia a instituição), mas tem de reconhecer-se que, a punir-se, no pormenor e a fio de espada, certamente se iria longe de mais. Até um limite razoável, é ainda manifestação de liberdade de expressão: certamente, em alguns casos, revelando um excesso de liberdade de expressão, mas que se consente suportar. Contudo, não mais que um pouco acima da linha vermelha.

Insista-se, de outro modo, para que fique claro: a crítica aos governos pela comunicação social acaba por ser interpretada como alinhamento pelas oposições. Claro que há críticas muito traiçoeiras, injustas, mentirosas, e essas contribuem para a corrosão do sistema. O mesmo se diga, *mutatis mutandis*, para as cabalas e calúnias contra as oposições e seus líderes, que governos bem instalados, sem escrúpulos e com *longa manus* nos *media* podem levar a efeito, com verdadeiros assassinatos de caráter.

Não cremos serem do mesmo tipo as campanhas que se movem contra parlamentos, administração pública, tribunais e até algumas profissões, como sindicalistas, e professores, ou instituições, como sindicatos, escolas, partidos, igrejas, etc. Há alvos que são repetido bode-expiatório e que corroem a confiança nas instituições. Quando se instila a desconfiança, sistematicamente, não apenas em governos, mas em parlamentos e tribunais, sindicatos, partidos, etc., etc., para quem se virará o cidadão comum? “Fulano, ou isto ou aquilo, não me representa” – é uma expressão demasiado repetida, hoje. É este deserto de identificação, é esta mácula generalizada que

²⁰ Nomeadamente, a propósito da formulação pouco feliz, no nosso modesto ver, do art. 37, n.º 3 da Constituição da República Portuguesa.

deixa no cidadão comum, à mercê do que vê e ouve na comunicação social (e sobretudo na sensacionalista, que vive de sangue e escândalo), num vazio, pronto a aderir ao salvador que tenha o ar imaculado de quem nunca sujou as mãos e vem aí com vassourada limpar os estábulos de Augias.

Tal não significa, importa também repeti-lo, nem nenhuma proposta de limitação exógena à liberdade de expressão mediática ou outra, nem nenhuma sugestão de controlo endógeno por parte dos profissionais – a menos que esse controlo seja o desejável e muito imprescindível exercício de uma deontologia profissional democrática e de lisura e dignidade, com respeito pelas leis e pelas pessoas. Desde logo, com compromisso com a verdade, e não com o sensacionalismo puro, ou o facciosismo. Quem dá uma notícia, quem faz um comentário, quem desenvolve uma interpretação, quem se arrisca a uma especulação, precisa de ter fontes seguras, pensamento desnublado e claro, intenção reta, e não meramente o desejo de denegrir, de adensar as nuvens negras do clima de suspeita generalizada e de náusea perante tantos abusos e faltas de ética e mesmo de tanta atividade criminoso. Um mundo visto pelas notícias dos dadores de más notícias que são alguns *media* (há países em que isso chega ao paroxismo) é, realmente, uma muito razoável prefiguração do inferno.

Não se pretende, evidentemente, uma comunicação social bem-comportada, atenta, veneradora e obrigada aos poderes. O que não parece que contribua muito para um clima de defesa da democracia (que, obviamente, ao contrário das ditaduras, não pode ser defendida com hipocrisia e encobrimento) é a insistência em insinuações, suspeitas, e mesmo teorias da conspiração, que não são provadas, ou são mesmo refutadas. A existência de uma “instituição” como o “Polígrafo”, que vai averiguando se certas notícias são verdadeiras ou falsas, independentemente de poder (*humanum est*) eventualmente errar ou não conseguir veredictos cabais por vezes, é muito eloquente de como se sente a necessidade de tirar teimas e esclarecer boatos, rumores, notícias mais ou menos bombásticas – e muito nocivas para algumas pessoas ou instituições. E muitas se revelam falsas, ou parcialmente falsas.

Acusar-se, por exemplo, o parlamento de sede de negociatas seria coisa para ser seriamente tirada a limpo. Não acreditamos nisso. Mas é repetido por alguns. Acusar-se algumas profissões de mordomias, como, por exemplo, férias de nababos, ou seja, de ganhar sem trabalhar, seria bom averiguar. Por exemplo, seria bom um contra-ataque de quem é visado (que normalmente se julga intocável, na sua torre de marfim e na sua tranquilíssima consciência). Por exemplo, quando criticam os professores universitários como sendo uns ociosos que só dão aulas uma dúzia de horas por semana e têm não sei quanto tempo de férias (hoje, férias mesmo, são quase só agosto), seria bom que se mostrasse o que é o verdadeiro quotidiano de escravatura do professor universitário normal, o que tem de corrigir de trabalhos, de exames, de atendimento e orientação de estudantes, de conferências, e de investi-

gação, elaboração de artigos, livros, e outros materiais. É apenas um exemplo, que conhecemos bem.²¹

Corroer a confiança e o prestígio de algumas profissões e cargos, como a docente, desde logo, é deixar lugar a quê? Que sociedade pode sobreviver sem um imaginário tranquilo quanto a quem pelo menos ensina, legisla, julga, cuida do policiamento, da defesa nacional, da saúde? Como pode uma democracia contar com o maior sustentáculo de si própria, que é a fé e a esperança dos cidadãos, se eles desconfiarem ou mesmo já nem sequer desconfiarem, de profissionais e magistrados essenciais para o funcionamento normal das instituições?

Há um aspeto importante a ter em consideração nestes ataques. É que muitas vezes eles partem de informações incorretas sobre que laboram as opiniões e notícias dos jornalistas (ou dos políticos, que as passam aos jornalistas), ou deturpadas e já trabalhadas cavilosamente, ou, pura e simplesmente, decorrem de falta de formação cultural ou técnica do setor a que se dirigem as críticas. Políticos e jornalistas não podem ser, cada um deles, especialistas em tudo. Mas se vão criticar a política de saúde têm de saber algo de saúde, se vão zurzir a justiça, deveriam saber algum direito, se vão desancar os professores, seria desejável que soubessem algo de educação. Ainda há não muito havia, ainda há, alguns grandes jornalistas e políticos que têm sólida preparação sobre as matérias que tratam. Mas o amadorismo, a improvisação e o “achismo” também, pelo mundo fora, encontram muito eco em que tem o enorme poder de dispor da palavra e da a transmitir aos outros. É inacreditável que coisas essenciais (para entender muitas notícias mediáticas – ou o que lhes subjaz), como, por exemplo, as competências dos tribunais, a separação dos poderes, os mecanismos de (in)constitucionalidade, as garantias processuais mais elementares, ou os prazos processuais, possam ser confundidos, mal interpretados, ignorados (e até mistificados) por alguns desses atores fulcrais no espaço públicos. Chega a ser chocante que alguns deles possam esgrimir argumentos, ou tecer críticas, contra estes ou aqueles – endossando ou assacando responsabilidades, criando álibis, ou, simplesmente, chamando a atenção do público e fazendo barulho – sem qualquer razão, objetivamente, porque tudo confundindo, porque coisas essenciais desconhecendo (ou fingindo ignorar e agindo como tal). Para alguns, que ignoram (ou fingem ignorar) as regras do jogo institucional da nossa civilização, demoliberal desde há mais de dois séculos, o ideal pareceria ser que qualquer decisão política fosse alinhada com o seu preconceito particularista, e, se acaso se atrevesse a não o ser, houvesse um corpo de polícia (ou magistratura – mas, na verdade, seria uma outra coisa já), que alinhado precisamente com o seu dogma, anulasse o decidido e punisse os prevaricadores. Independência dos Tribunais, separação do Estado das Igrejas, distinção entre atos políticos e atos jurídicos, etc., não são tecnicidades que só inter-

²¹ Cf., v.g., o nosso livro *Direitos Fundamentais. Fundamentos & Direitos Sociais*, Lisboa, Quid Juris, 2014, p. 313 ss.

essem os juristas. Quem pretende ter um protagonismo sério na Pólis não pode ignorar estas regras – e muitas delas, a virem a ser dispensadas num mundo futuro, certamente seriam um contributo de tomo para uma distopia tenebrosa. Foram sendo regras que a experiência dos despotismos foi criando como espaços de liberdade. Já houve tempo em que política e direito se misturavam, com este a ser servo daquela; já houve tempo em que se mesclava o poder do Estado e o da Igreja, sempre com péssimos resultados – ao ponto de já Jesus ter mandado dar *a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*; já houve momentos em que os Tribunais, normais ou revolucionários, fizeram o que os poderes lhes mandavam fazer. Será isto que, noutras vestes, com outra roupagem, alguns agora pretendem? Seria um enorme retrocesso civilizacional.

Infelizmente, as instituições não se encontram preparadas para responder a estas situações, e uma certa cultura (em geral muito positiva) de *self restraint*, em alguns casos, talvez até aconselhe a que nem se responda. Mas as instituições ficam assim indefesas e expostas, e para os leigos que assistem, a culpa é de quem pode não ter culpa nenhuma, porque as coisas funcionam mesmo assim... como funcionam. Coisa diversa é querer mudar a forma como funcionam, *de iure constituendo*.

Pois, evidentemente, que se noticie, que se ponham todos os dedos em todas as feridas. Mas daí a processos de intenção gerais e estigmatizadores sobre pessoas, classes de pessoas, ou instituições, vai um abismo.

Parece haver um enorme complexo em algumas sociedades (entre as quais a nossa, que Teixeira de Pascoaes já considerava ser de pessoas invejosas) a que chamaríamos *complexo da camisa lavada*. Não se suporta ver o vizinho “com uma camisa lavada”. Se alguém sobressai, se alguém é promovido, logo se vai procurar ou inventar algo que deslustre, desdoire, a dita personagem. A verdade é que seria complicado que alguém estivesse em condições de atirar a primeira pedra. Mas, como é óbvio, em muitos casos se atira a pedra e esconde a mão. Ou já nem há pudor sequer para isso, uma vez que o visado fica sempre machucado e amesquinhado – como bem sublinha a ária *La Calunnia*, do *Barbeiro de Sevilha*, de Rossini. E não tem, as mais das vezes, nem tempo, nem armas, para poder sequer defender-se.

Citemos Pascoaes, e apenas numa amostra do que relata:

A vil tristeza apagou-nos o carácter, o dom de ser. Somos fantasmas querendo iludir a sua oca e triste condição. Por isso, o valor alheio nos tortura, revelando, com mais clareza, a nossa própria nulidade. A inveja é ainda uma reacção do indivíduo contra a morte; e a calúnia é a sua arma... (...) A Inveja! Nós vêmo-la, nas trevas, farejar: é um

esqueleto de hiena visionando um cemitério. (...) ladrou furibunda aos calcanhares de Camões e de Bocage.²²

E note-se que nem Camões nem Bocage jamais “nadaram em mar de contentamentos”. A hiena invejou, prejudicou, não pela boa vida que nunca tiveram, nem um nem outro, mas porque se sentiu ferida no seu amor-próprio pelo génio dos dois vates.

Este complexo é um dos calcanhares de Aquiles clássicos da democracia. Já na Grécia Antiga fazia a sua aparição com a instituição do ostracismo. Ainda aparecem hoje cacos arqueológicos com o nome de Péricles, que poderia ter sido apeado do governo de Atenas se os votos dos invejosos tivessem sobrepulado a sua habilidade política (e a de Aspásia). E, por exemplo, em *Maquiavel e a Dama*, Somerset Maugham²³ comenta o problema lateralmente, a propósito do célebre Secretário florentino. O grande problema é quando a democracia não valoriza o elemento de responsabilidade e ética por parte dos cidadãos, e se resvala para as paixões da massa, com a imposição da força das opções inconscientes dela a todos, mesmo aos mais pensantes (“uma necessidade de bronze – uma lei de bronze – levá-lo-á a fazer aquilo que a multidão aprova”²⁴). Por tudo isso, na Hélade, já Aristóteles, na *Política*, registava um sentido decaído de “democracia”, não com o significado positivo que ainda tem hoje, mas com um sentido mais próximo da demagogia e da massificação. E assim é que já Platão (que, contudo, era inclinado a fórmulas aristocráticas) intitula o seu grande diálogo sobre a política e justiça *Politeia* – ou seja, *República*. Ainda no século XVII e inícios do séc. XVIII (dependendo dos lugares e dos círculos), havia quem ironizasse sobre a democracia. E mesmo hoje não há quem, do alto do seu preconceito ou do seu pequeno poder, pergunte: “Será que isto é uma democracia?”, para, no fundo, querer dizer que não é, nem pode ser. Pelo menos nos limites do poder dessa pessoa, que não a preza, nem a respeita.

A criação de um clima generalizado de descrença na democracia, pela instauração de um hálito comum de suspeição e desprestígio das instituições, mesmo das ainda há não muito “acima de toda a suspeita”, é uma situação favorável a todas as mais perigosas aventuras anticonstitucionais. Porque quem decida atravessar o Rubicão julgará contar com o apoio de uma população indignada com uma corrupção a todos os títulos que vê martelada por fazedores de opinião.

²² PASCOAES, Teixeira de — *Arte de Ser Português*, nova ed. com prefácio de Miguel Esteves Cardoso, Lisboa, Assírio & Alvim, 1991, pp. 100-101.

²³ MAUGHAM, William Somerset — *Maquiavel e a Dama*, trad. port., Lisboa, Livros do Brasil, reed. de 1992.

²⁴ PLATÃO — *A República*, VI, 493, d).

Os grandes meios de comunicação social, porém, sabem muito bem que o não entrar por essas diatribes, pessoais ou anti institucionais, é uma pedra de toque da sua qualidade, estilo e grandeza. Os que se deleitam com mexericos e verrina, têm material que os satisfaz em abundância; os que querem factos claros e inteligentes interpretações, ainda que vigorosamente críticas, felizmente ainda têm também onde procurá-los.

Por outro lado, embora a democracia não possa descansar nessa ténue consolação (e deva vigiar), vai um passo de gigante entre uma certa náusea com os vícios (reais ou inventados) da democracia e o fervoroso apoio a uma ditadura. Seria preciso uma situação terrível para que esta última recolhesse os sufrágios populares. Por isso é que tempos complicados, como a grave crise económica e social que já começa, na sequência da pandemia, são um desses “quanto pior melhor” que agradam aos extremistas. As repercussões da pandemia podem rapidamente enlouquecer as pessoas na miséria.

Nada do que aqui se diz é novidade. Basta aprender as lições da História. Basta que os moderados, os democratas, sejam suficientemente tenazes e imaginativos para defenderem o nosso comum modo de viver, a nossa civilização, contra qualquer barbárie que nos desejem vender, ou impor. Tal corresponde ao mais estrito dever de cumprir e fazer cumprir a Constituição e as Leis da República. Um dever de todos, e mais ainda dos que a tal dedicam a vida, os juristas. *Basta*, parece pouco. Mas é muito.

E quanto aos moderados, o problema é que terão certamente que sair das meias-tintas. São necessários planos imaginativos e robustos, para aplicar mesmo.²⁵ Não deixa de ser interessante que alguns multimilionários, em julho de 2020, já pediram para que haja mais pesados impostos sobre as grandes fortunas. É um princípio, mas não chega dinheiro. É preciso usá-lo bem, pô-lo a render e a beneficiar diretamente quem precisa e muito vai precisar num futuro próximo. É um tempo em que são realmente precisos estadistas, com rasgo e visão, e não meros gestores do quotidiano, ou sequer da crise... A crise, desta vez, é mesmo a sério e o momento realmente kairológico.

VI. Democracia e Civilização

A democracia não é, realmente, uma simples forma de governo, que a teoria e a história desgraçadamente contam, demasiadas vezes, perverter-se em demagogia e

²⁵ Sem entrar no mérito, não deixa de ser *bene trovato* e bem escrito o artigo de TAVARES, Rui – *O nosso plano de recuperação é um cozido à portuguesa*, in “Público”, 13 de julho de 2020, p. 40.

anarquia, para logo vir a ser restabelecida uma certa forma de ordem (ordem desordenada na sua essência, porque apenas formal, aparente), sob a forma da tirania, da autocracia, da ditadura. Mas é por sabermos que as democracias são frágeis que não podemos continuar a agir como se fossem sólidas como os rochedos. Um vento de população, à voz de um demagogo, faz tremer, se não derrubar, as estacas débeis em que assenta todo o edifício, barroco e pesado, porém.

Não sendo mera forma de governo, dizíamos, a democracia é uma forma de convivência social, e é a síntese da nossa atual “civilização civilizada”... É pela democracia e nela que prospera a liberdade artística (que contudo pode entrar em loucuras para tentar *épater le bourgeois*), assim como a económica (até excessiva, libertina, quando desregulada), tal como a vida normal, com tantos – e tão imprescindíveis – direitos, liberdades e garantias que os respiramos como se fosse o ar normal da existência. Ora é nesse mundo, certamente com exageros e defeitos muitos, que vivemos, e que se pode sonhar com alguma Paz, Fraternidade e Felicidade.

Frequentar as utopias negativas ou distopias (plasmadas em obras de ficção literária, dramática, cinematográfica) é muito útil para tentar fazer entender o que seria um mundo em que estes princípios e valores do Estado Constitucional (a forma jurídico-política mais perfeita a que até hoje se conseguiu levar a democracia²⁶) fossem esquecidos. No nosso *Constituição, Direito e Utopia*,²⁷ principalmente, fizemos um vasto levantamento quer de positivas quer de negativas “cidades ideais”, que nos elucidaram muito sobre a grande verdade do dito, atribuído a Churchill, sobre a democracia: algo como “O pior de todos os regimes, à exceção de todos os outros”. É, na verdade, de longe, o melhor, e o único que possibilita à sociedade civil e à pessoa desenvolverem-se livremente, sem o horrendo e caricatural desejo de formatar a vida das pessoas, de as fardar, arregimentar, robotizar.

A erosão constante da credibilidade das instituições, o desafio até a normas de simples proteção social imediata, como as que regulam a circulação e os ajuntamentos em tempos de pandemia, não tanto ferem a *potestas* do Estado (a coatividade lá se vai exercendo), mas sobretudo mina a sua *auctoritas*. Claro que a autoridade democrática tem uma legitimação pelo título e tem de a ganhar também, todos os dias, pelo exercício. Não é um *argumentum baculinum*, é uma pedagogia cívica, mas que não pode excluir formas adequadas e proporcionadas de firmeza, quando necessária. Uma civilização que apenas se autocompraz e deleita nos *gadgets* da tecnologia, em que a ideia de cooperação, solidariedade, e mesmo necessária obediência a leis justas e oportunas está muito ausente das preocupações hedonistas

²⁶ HÄBERLE, Peter — *El Estado Constitucional*, estudo introdutório de Diego Valadés, trad. e índices de Héctor Fix-Fierro, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

²⁷ *Constituição, Direito e Utopia. Do Jurídico-Constitucional nas Utopias Políticas*, Coimbra, Faculdade de Direito de Coimbra, Studia Iuridica, Coimbra Editora, 1996.

de largas massas (que não pensam senão em como desconfinar, ir para praias, bares, discotecas e afins), é uma civilização que, compreensivelmente, nem goste muito de assim se chamar, e prefira caluniar a própria expressão como etnocêntrica, imperialista, *démodée*, etc.. Para que quer saber de Civilização quem não ultrapasse as preocupações superficiais e imediatistas? Conhecem-se de há muito as técnicas, e até os reflexos condicionados de descrédibilização de quem pretenda alguma ordem, alguma superação do humano, alguma ética. Ora sabemos muito bem do uso burguês da democracia, dos seus vícios eventuais, do uso preconceituoso e imperialista da expressão Civilização, do uso idealista e até ilusionista da Humanidade, do Humanismo, da própria ideia de Homem. Mas não é de nada disso que se trata. Se quiséssemos levar ao extremo a purificação da linguagem, para não esbarrarmos nos contratempos dos mal-entendidos e dos mal-intencionados, que a manipulam *pro domo* e que desejam atacar e descrédibilizar, estaríamos na situação aporética do Senhor Marquês de Saint Cyr, na sequência da Revolução Francesa. Corria então o ano de 1793: intercetado num posto, pediram que se identificasse. Primeiro, já não havia mais “Senhores”. E logo o seu nome teve de ir sendo resumido, e chegou a nada, dada abolição da nobreza (Marquês), da santidade (St. -Saint) e do tratamento de “Sire”. Teria pedido então que os revolucionários o batizassem, porque se lhe haviam esgotado os nomes.²⁸

A corrosão da *auctoritas* não visa apenas os titulares dos órgãos de soberania, nem esses mesmos órgãos. Notícias sucessivas, a que se sucedem rumores de café (os cafés já abriram – mas vem de muito antes da pandemia), esfalfam-se a denegrir, como voltaremos a ver, todos os que não se afundem nos baixos salários, nas pensões de miséria, numa existência totalmente anónima e sofredora. Mas não se pense que se trata de uma reação pelos pobres, humilhados e ofendidos, explorados e segregados. Fica-se com a ideia de que, quando esses são invocados, funcionam mais como pretexto e carne para canhão de argumentos que como vero objeto de compaixão (o que já seria moralmente condenável). Muito menos são protagonistas, sujeitos da crítica à sua situação. Aliás, a muitos parece nem particularmente chocar a pobreza, a desigualdade, a miséria moral. É contra os supostamente bem na vida que se vira o seu exercício de pretensa justiça, mas que não é senão inveja. E depois, se se pode invejar facilmente um banqueiro ou um político multimilionário, é curioso como as igualmente multimilionárias estrelas do espetáculo ou do desporto não costumam ser incomodadas. Crê-se ser um problema de demagogia: é fácil pintar um banqueiro (ou um político) como “mau da fita”, mas como tocar na aura sagrada dos ídolos dos tempos atuais? Pode haver um ou outro escândalo no desporto (nomeada-

²⁸ Cf., v.g. in *The Athenaeum*, vol. XII, ed. eletrónica in https://books.google.pt/books?id=Bt8XAQAIAAJ&pg=PA298&lpg=PA298&dq=marquis+d+saint+cyr+anecdote&source=bl&ots=w1MIBgHSMe&sig=ACfU3U0pqapGOveO_wi_7PYPGMtVQU9M6Q&hl=ptPT&sa=X&ved=2ahUKEwisyJHRtszqAhWJZMAKHU9CBlwQ6AEwAHoECAsQAQ#v=onepage&q=marquis%20de%20saint%20cyr%20anecdote&f=false.

mente, no nosso quadrante cultural, o futebol), mas tal não parece afetar a grande instituição que é praticamente a única “transcendência” além da labuta quotidiana para muitos. De modo semelhante, também os escândalos no mundo do espetáculo não desportivo parece serem mais motivos de *glamour* que de choque para quem quer que seja.

E depois, em contrapartida, há alguns figurantes de terceira ou quarta linha que são preferenciais “bombos de festa” populista: curioso que não tanto se critica a educação (que vai fazendo o seu papel aculturador politicamente correto, pela normal docilidade dos docentes – ao que parece), mas os professores: a quem se vilipendia por mordomias que não têm a dimensão nem o significado que se lhes assaca, e que, na verdade, em muitos casos nem existem. Advogados, deputados, gente de colarinho branco e gravata não é do agrado dos populistas. Uma sociedade permanentemente induzida a reprovar e até a escandalizar-se contra os seus governantes, os seus legisladores, os seus agentes jurídicos, a administração pública, os docentes, é uma sociedade descontente, e, certamente, ainda mais doente na imagem que de si faz que na realidade da sua verdadeira situação. Recorde-se como os *cahiers de doléances*, com o incitamento a por por escrito as queixas dos franceses, foi um dos rastilhos que incendiaram os espíritos para a Revolução Francesa. Só que, aqui, não se trata de ter consciência de males, mas, em alguns casos (não se nega que haja males), a criação de um clima de descrença e rejeição da ordem instituída. Não é por acaso que o fantasma da corrupção é sempre agitado antes de se promover uma alteração do *statu quo* de tipo golpista. Os candidatos a ditadores são sempre, quando apenas candidatos, muito impolutos e indignados com a corrupção, de que depois usufruem, promovem, ou, pelo menos, acobertam – salvo raras exceções, se algumas. Nenhuma sociedade consegue prosperar e mesmo resistir muito a uma política do espírito de envenenamento contra si mesma. *Omnis civitas contra se divisa non stabit*. Ninguém, pluralista, democrata, deseja um unitarismo totalitário. Mas a sistemática guerra civil permanente também não é solução.²⁹ A solução é a pacífica convivência democrática, com aceitação por todos das regras do jogo.

Estamos, pois, perante um problema civilizacional muito sério. Porque a civilização democrática, que implica também legado histórico e a identidade cultural, que pressupõe uma política de verdade e pluralismo, e não um paternalismo infantilizador pretensamente para bem dos povos, está sob o fogo cruzado de um velho totalitarismo, que mal disfarça (ou nem isso) as suas origens, e um novo totalitarismo que, mal chegado a Portugal, esboça a conquista (técnica gramsciana – mas Gramsci não tem culpa nenhuma) da intelectualidade para uma correção política que transformaria o mundo num jardim infantil assético, sem História, educador de marionetes bem comportadinhas, segundo uma distopia tenebrosa.

²⁹ ENZENSBERGER, Hans Magnus — *Aussichten auf den Bürgerkrieg*, Frankfurt, Suhrkamp, 1993, trad. cast. de M. Faber-Kaiser, *Perspectivas de guerra civil*, Barcelona, Anagrama, 1994.

Será que há forças morais e energia para, com determinação e *auctoritas*, com eloquência e sem o *nem-nem-ismo* acomodado (recordemos Barthes³⁰) das democracias crepusculares, fazer crescer, entre Cila e Caríbdis, a alternativa democrática, evitando o afundamento da Civilização, pelo menos, como diziam os britânicos, “as we know it”? Não se trata apenas de o esperar. É preciso, é vital, fazer por isso. Pode não ser (com sorte) ainda a nossa sobrevivência pessoal. Mas é a do mundo que os nossos antepassados de sangue e os nossos maiores espirituais sonharam, e que nós deveríamos ter melhorado, não deixando arruinar, às mãos de ditadores desta ou daquela cor. Com bota cardada, ou luva de seda... Com voz grossa ou falinhas mansas... confluindo tenebrosamente para um mesmo fim.

Dito isto, é óbvio que algumas das causas pontuais de uns e outros são eventualmente legítimas. Nenhum democrata quer a corrupção, assim como nenhum democrata quer a discriminação de qualquer grupo. Mas usar a corrupção como forma de conspirar a natureza da própria instituição parlamentar ou outra, ou a discriminação para criar novas castas de privilegiados (que pretensamente fariam em nome desses grupos – e não estamos sequer a referir-nos a uma bem calibrada utilização da ação afirmativa) são formas consabidas de usar boas causas para fins nada positivos e nada desinteressados.

Temos dito e repetido que a democracia tem de fazer uma profunda autocrítica. Se está hoje sob estas ameaças, foi porque se esqueceu das suas dimensões ética e pedagógica, limitando-se ao formalismo ritualista da vertente técnica, que tudo reconduz às voltinhas da eleição. É muito pouco. É verdade que da I República para a II República (o Estado Novo não foi república, apesar de não ter sido monarquia), aquela em que estamos, muito se progrediu no plano da intervenção social do Estado. Mas não chega. Nem no plano simplesmente social (de equipamentos e facilidades coletivas), nem na Educação, que é a saúde da alma.

Nem por isso a Economia, sempre real prioridade das prioridades de Gregos e Troianos, conseguiu estruturalmente melhorar assim tanto. O breve milagre económico pós-troika terá ajudado a atenuar o ulterior desastre do Coronavírus, mas baseou-se excessivamente no turismo, que a pandemia seriamente afetou, e sabe-se lá por quanto tempo – certamente muitíssimo, sempre demasiado. Não seria o momento de a Democracia entre nós fazer um simultâneo esforço de luta pela sobrevivência e criação de bases para uma formação sólida dos cidadãos, além do mais única capaz de alicerçar os fundamentos pessoais e sociais de uma Economia verdadeiramente independente?

³⁰ BARTHES, Roland — *Mythologies*, Paris, Seuil, 1957, ed. port., *Mitologias*, trad. José Augusto Seabra, Lisboa, Edições 70, 1978.

Há toda uma reforma de mentalidades a proceder. E não apenas entre nós, mas na nossa Civilização, que, reconheça-se, está doente, de materialismo, argentarismo, egoísmo. A pandemia teria sido, ainda é, uma oportunidade para repensar as prioridades, e reformar profundamente as coisas. *Mudar de vida e mudar a vida*. Trata-se, assim, de uma regeneração civilizacional no seio da mesma, da nossa civilização. Não de cortar com ela, de a varrer do mapa e até da memória.

VII. Direito Constitucional, defesa da Democracia e da Civilização Democrática

O Direito Constitucional tem, nesta encruzilhada, um papel que nem caberia enaltecer ou sublinhar, por tão óbvio.

Estamos perante, por um lado, tentativas, em alguns casos já avançadas e até concretizadas, de subversão de ordens constitucionais legítimas, por erosão institucional, por *faits accomplis*, por implosão antidemocrática. Não se excluindo a possibilidade de, em crescendo, e aproveitando a crise pandémica e suas consequências económico-sociais, poder haver ações mais violentas e golpistas. É a ordem constitucional que periga com propostas anticonstitucionais e inconstitucionais graves, que colocam em causa os próprios fundamentos dos Estados de Direito democráticos em que vamos vivendo na nossa Civilização.

Estamos igualmente frente a casos múltiplos de violação ou apelo à violação de Direitos Humanos e Fundamentais, que são obviamente Direito Constitucional (nacional ou internacional), que vão desde os direitos de personalidade, aos de minorias, mas que, na verdade, são ataques transversais a todo o tipo de direitos constitucionais: desde os que colocam em causa liberdades políticas, aos que gostariam de extinguir os direitos sociais, aos que promovem ódios e discriminações contra grupos sociais-alvo, bodes expiatórios, em função de qualquer dos elementos distintivos constantes do n.º 2 do art. 13.º da Constituição da República Portuguesa.

Também são ataques aos Direitos Humanos e Fundamentais os que colocam em causa o património histórico, a língua, a independência nacional nas suas diversas dimensões democráticas e progressivas, a família, a educação e a cultura, etc., nomeadamente procurando formatações culturais e educativas utópicas (distópicas), em consonância com modas exógenas de alguns círculos intelectualistas, que nem sequer representam os países em que se desenvolveram e donde se exportaram. Na consideração destas dimensões, é de muita importância o relevo dado a direitos, um tanto obnubilados, na obra *Derechos Humanos*, de Francisco Puy.³¹ É interessante notar que, sendo os direitos sempre virtualmente conflituantes em alguns casos con-

³¹ PUY, Francisco — *Derechos Humanos*, Santiago de Compostela, Imprenta Paredes, 3 vols., 1985.

cretos entre si (e daí o princípio coordenador e superador de antinomias da concordância prática), também existe uma supervalorização de alguns direitos face a outros, conforme os tempos, os lugares e os grupos sociais. Não é que ocorra, como quiseram alguns, no rescaldo da aprovação da Constituição (compromissória) de 1976, em Portugal, que uns direitos consagrados constitucionalmente sejam verdadeiros direitos e outros não: os direitos sociais, económicos, culturais, ecológicos e de convívio e respeito social entre grupos e filosofias de vida não são menos direito que os direitos, liberdades e garantias de raiz liberal. Nem podem, de modo algum, ser considerados “normas constitucionais inconstitucionais”.³² Constituições compromissórias, como a nossa, não podem deixar de ser lidas todas, na sua globalidade e no equilíbrio entre os seus diversos elementos. Contudo, não deixa de ser uma realidade patente (embora pouco ou quase nada observada) que há como que “modas” de direitos, ou alguns grupos procuram promover certos direitos mais que outros, ou resolver as antinomias mais a favor de uns que de outros. Tudo isso é natural, dentro de uma situação de conflitualidade aberta e permanente, como é a das sociedades democráticas, e não de guerra camuflada e sufocada pela força, como ocorre nas ditaduras, e mais ainda nas totalitárias.

Estando em causa, sobretudo, vários tipos de direitos, uns mais do âmbito cultural, e outros mais do domínio político (alvo os primeiros sobretudo do politicamente correto e os segundos especialmente do populismo), é óbvio que os defensores da Constituição (não apenas os institucionais, como cada cidadão responsável, que o deve ser) necessitam estar vigilantes. E não só: porque não são apenas os direitos que estão em causa, mas a própria Constituição, a própria ordem política e jurídica de que a Constituição é expressão máxima. Porque não escondem uns, e pressupõem obviamente outros, que, na sua cidade ideal a construir, sobre os escombros da nossa Civilização, não poderá ainda estar vigente qualquer tipo de Constituição como as que governam os Estados democráticos de Direito de hoje.

Não poderia deixar de assim ser. A Constituição é cultura viva (recordemos Peter Häberle), feita Direito que, já em si, é “medicina da cultura”. Não se trata apenas de um nicho do real, com atinências eventuais, ou mesmo remotas, com a vida das pessoas comuns, como quando as Constituições eram somente “constituições políticas”, quase se limitando a traços gerais das regras do jogo da obtenção, manutenção e perda do poder central. As Constituições são hoje Constituições das Repúblicas. Ou seja, constituem, fundam, legitimam e regulam o todo (abstendo-se, contudo, de totalitarismos – ao invés, devendo combatê-los) da vida social, da *res publica*. São, obviamente, um fenómeno de civilização.

³² BACHOF, Otto — *Normas Constitucionais Inconstitucionais?*, trad. portuguesa de J. M. Cardoso da Costa, Atlântida, Coimbra, 1977.

Perante a crítica nacionalista a um Tribunal Constitucional Internacional, Yadh Ben Achour riposta que um computador poderia facilmente (e empiricamente, mesmo sem ele, também tal se poderá fazer) comparar as constituições dos países democráticos. E, na verdade, essas constituições, que são hoje amplamente dominantes e majoritárias pelo mundo fora, têm muito em comum. É possível encontrar uma constituição universal, um direito constitucional universal, comum, apenas através desse exercício de comparatismo.

O que é isso senão a consubstanciação, no Direito, de valores e princípios civilizacionais comuns?

VIII. A Civilização Democrática e os seus Inimigos. O Anti-Universalismo

A Civilização democrática é herdeira e consubstanciação hodierna de um legado poderosíssimo, riquíssimo, que não se compreende como tarda tanto em defender-se com denodo, à parte algumas vozes legitimamente indignadas, que têm saído a terreiro. Mas tal é muito escasso. E sabemos como a barbárie populista pôde, em pouco tempo, aniquilar democracias. É certo que se encontravam então claudicantes, frouxas, demasiado autoconfiantes, e assim muito vulneráveis. Como estará a saúde e vitalidade das nossas presentes democracias?

Nunca tivemos um desafio tão dissolvente como o do politicamente correto. Sem desprezar o perigo populista, há neste outro perigo uma porosidade viral, uma subtilidade que conquista mentes inteligentes e corações generosos, idiosincrasias que só agravam o perigo. Enquanto o populista tem como público a plebe moderna que a democracia não acolheu, antes marginalizou, o politicamente correto seduz, neste momento, como dissemos, algumas almas intelectuais, sensíveis e subtis. Depois passará, certamente, às massas.

Não deixa de ser um perigo adicional que os partidos e as pedras vivas tradicionais se possam deixar seduzir ou enganar por uns e outros.

O perigo populista estará, para já, sobretudo, em possíveis alianças, em que forças oportunistas (como já ocorreu) levem ao poder grupos populistas que, sozinhos, não o conseguiriam conquistar por votos.

O perigo politicamente correto (maior ainda, porque mais subtil), reside na conquista de muitos espíritos de lideranças de forças de esquerda que, tendo em alguns (ou muitos) aspetos renunciado a um programa social avançado, de algum modo parece procurarem compensar essa aproximação objetiva ao centro ou à direita com bandeiras civilizacionais contrárias à tradição comum da nossa Civilização. Abraçando causas mais ou menos bizarras ou lateralíssimas, inoportunas e até impopulares, e

dando-lhes uma caução de seriedade. Enquanto se emburguesam social e economicamente, parece quererem dar um ar da sua graça com causas que não são tradicionalmente as suas. E que chegam mesmo a desacreditar a sua credibilidade. Citemos um exemplo de um horizonte ideológico muito distante do nosso, mas que parece vir, de algum modo, a propósito: não terá sido por acaso que mesmo um anarcossindicalista como Emídio Santana terá reagido mal, no seu tempo, a proposta de renovação do grafismo do jornal “A Batalha” com argumentos de novas estéticas e movimentos, como o dadaísmo.³³

Sem qualquer fundamentalismo ou conservantismo estético-político (teria sido certamente interessante essa renovação de design), este episódio simbolicamente parece-nos recordar que há identidades ideológicas que se manifestam mesmo (até certo ponto) em formas estéticas. Que fará a dissolução da coerência de alguma direita democrática em conúbios pouco coerentes, ou da esquerda (quase toda ela) em causas que a sua cosmovisão abrangente e universalista (com os matizes próprios de cada grupo, naturalmente) não compreende, não abrange!

Porque, na verdade, uma das características mais salientes do politicamente correto é a frontal oposição (ainda que nem nisso muitas vezes pense, nem diga) ao legado universalista da Hélade (mãe de Roma – constituindo, como se sabe, a mãe e a filha, o Classicismo Antigo), do Cristianismo, do Humanismo e do Iluminismo,³⁴ de que o pensamento liberal, democrático e social são, de uma forma ou de outra, herdeiros.

³³ Documentário RTP, <https://www.rtp.pt/programa/tv/p39160>, programa emitido em 9 de julho de 2020.

³⁴ Cf., por todos, para alguma perspetiva, a partir de uma reflexão atual, destas fontes da nossa hodierna civilização, JAEGER, Werner — *Paideia, Die Formung des Griechischen Menschen*, Berlin, Walter de Gruyter, 1936, trad. port. de Artur M. Parreira, *Paideia. A Formação do Homem Grego*, Lisboa, Aster, 1979; KÜNG, Hans — *O Cristianismo. Essência e História*, trad. port., Lisboa, Temas e Debates, 2012; PINKER, Steven — *O Iluminismo Agora. Em Defesa da Razão, Ciência, Humanismo e Progresso*, trad. port. de Sara Totta, Lisboa, Presença, 2018. Apesar de haver belíssimos estudos sobre os vários sentidos e contributos do Humanismo (*et pour cause?*) não nos conseguimos decidir por um livro que o representasse, no mesmo plano dos outros. Em todo o caso, importa sublinhar que temos bem consciência de que a escolha de um único título para os demais pilares é obviamente um exercício de síntese e um risco. Mas uma nota com uma profusão enciclopédica erudita com inúmeros títulos de que valeria? Estamos num tempo em que mesmo os intelectuais não podem, não têm tempo sequer, para ler muito. E é necessário fazer escolhas. A profusão bibliográfica pode cair ainda bem em alguns círculos académicos mais tradicionais. Mas, qualquer estudante de hoje o sabe por experiência própria, raramente esse aparato chega a ser consultado mesmo. Acaba por ser, na melhor das hipóteses, um guia de leitura a visitar futuramente, em caso de necessidade concreta de estudo daquele específico tema. E voltamos a ter que fazer uma precisão: com isto não se está a advogar a facilitação, o facilitismo, o laxismo ou a tese dos “resumos” de nível rudimentar e superficial. Sobre as origens do pensamento moderno em geral, cf., v.g., SILVAIN, René — *Les Origines de la pensée moderne*, Paris, La Colombe, 1963. Continua a ser útil, apesar de muitas obras terem surgido depois. Com um sentido do fluir histórico e de um sentido para a evolução do pensamento filosófico, e de leitura muito agradável é FERRY, Luc — *Apprendre à Vivre*,

Anticlássico, anticristão, anti-humanista e anti-iluminista, o atomismo (por vezes dito “pós-moderno”) do politicamente correto é particularista, é sectário. E isso é muito mais fraturante que a luta de classes, ou outras categorias políticas cuja solução histórica se resolveria dialeticamente numa síntese. A oposição do politicamente correto, ou pelo menos de muito dele, é eterna, parece incansavelmente insatisfeita, e, precisamente ao contrário dos referidos “-ismos”, cada um a seu modo, parece estar de mal com a própria natureza ou condição humana. A luta de muitos revolucionários dirige-se contra formas sociais. A luta do politicamente correto é, sem dúvida, um mal-estar na civilização (para retomar o título de Freud³⁵), mas parece ser, antes de mais, uma revolta contra a Humanidade. Em muitos aspetos instalando uma guerra civil civilizacional, que periga não vir a ter nem vencedores nem vencidos.

O populismo, na sua expressão mais radical (como algumas de que se revestiu no passado) é igualmente um prometeísmo ao contrário, um anti-humanismo radical. Exaltando raças puras, procurando o extermínio de nações e grupos, ou a sua submissão degradante e servil, bem parece uma prefiguração do inferno na Terra.

Há, assim, mais uma vez, uma confluência. Os perigos que rondam a Democracia são os que ameaçam a Civilização, são os que cercam a própria Humanidade. Cada qual só se salva se todas as três se salvarem.³⁶

Traité de philosophie à l'usage des jeunes générations, Paris, Plon, 2006, trad. port. de Véra Lucia dos Reis, *Aprender a Viver. Filosofia para os Novos Tempos*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2007 (também há edição em Portugal).

³⁵ FREUD, Sigmund — *Das Unbehagen in der Kultur*, 1930, ed. fr., *L'Avenir d'une illusion. Malaise dans la civilisation*, Paris, P.U.F., 1971.

³⁶ Normalmente, escritos como este, na sociedade de severa (e certamente aleatória) seleção da difusão dos escritos em que vivemos, estão fadados a escassíssima divulgação, e certamente passarão despercebidos. Se, contudo, chegarem às mãos dos que não gostam, odeiam até, qualquer dos elementos que aqui se louvam e defendem – a Democracia, a Civilização e a Humanidade – obviamente terá o autor a rezear. Todo o tipo de confusões sobre o que dizemos, não dizemos, ou supostamente quereríamos dizer, serão de esperar. Mas não há nada a fazer. De que vale a vida submissa? É dever proclamar o que se pensa ser verdade. Como dizia Agostinho da Silva, não queremos o poder, mas essa liberdade de opinar, no nosso caso perfeitamente limitada pela nossa circunstância. “Hier stehe ich. Ich kann nicht anders. (...)”. Resta reiterar, na sequência de múltiplos livros, artigos, conferências, a nossa fidelíssima crença na Constituição da República Portuguesa, nos seus valores e princípios, e a esperança de que a ordem constitucional vigente proteja eficazmente das pretensas polícias (informais) do pensamento quem exerce a sua liberdade de pensar pela própria cabeça. Desejo que obviamente queremos tanto para nós como para todos, no respeito pelas leis e pela dignidade das pessoas.